

Associações tentam barrar contribuição previdenciária de servidor aposentado

Ações coletivas e individuais pedem na Justiça fim da cobrança; deputados apresentam projetos contra medida



8.nov.2020 às 23h15

▶ Ouvir o texto A- A+

Cristiane Gercina

SÃO PAULO Sindicatos que representam servidores públicos do Governo do Estado de São Paulo entraram com ações coletivas e individuais na tentativa de barrar o [desconto previdenciário que vem sendo feito sobre aposentadorias e pensões](#).

A contribuição começou a ser cobrada em setembro, com base na reforma da Previdência do Estado de SP e no decreto 65.021, de junho, que regulamentou o desconto. Segundo a legislação, quando houver déficit previdenciário os beneficiários da SPPrev (São Paulo Previdência) terão de arcar com o rombo.

Antes da reforma, só tinham a incidência de alíquota previdenciária os benefícios acima do teto do INSS (de R\$ 6.101,06 neste ano). Com o decreto, o desconto passou a valer para aposentadorias e pensões entre R\$ 1.045, que é o salário mínimo atual, e R\$ 6.101,06.

1 / 11 Reforma da Previdência de SP tem quebra-quebra, confusão e Tropa de Choque



Milhares de pessoas foram à Assembleia Legislativa de SP, em 3 de março, protestar contra a votação da reforma da Previdência estadual Rivaldo Gomes/Folhapress

O primeiro desconto veio no holerite de outubro, mas só considerou a cobrança em parte do mês de setembro. Agora, em novembro, o holerite, que tem como base o mês de outubro, veio com a cobrança integral, o que gerou ainda mais reclamações de servidores aposentados.

Segundo a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), os relatos mostram que, aposentados antes isentos, tiveram descontos de R\$ 300, 400 e até R\$ 800 neste mês. O sindicato ingressou com ação coletiva e também está indo ao Judiciário com ações individuais. O órgão não cobrará a taxa de R\$ 80, paga quando o processo é individual.

Segundo a Maria Izabel Azevedo Noronha, deputada e presidente da entidade, a ideia é pedir a devolução dos valores. "Eu contratei um advogado previdenciário que vai apurar se há déficit ou não. Eles falam que a Previdência está no negativo, tenho certeza que vamos apurar que não está no negativo, tem que devolver. Nós vamos fazer devolver", afirma.

O CPP (Centro do Professorado Paulista) também foi à Justiça contra o desconto sobre aposentadorias e pensões. De acordo com o advogado Márcio Nascimento, assim que o decreto foi expedido pelo governador João Dória, em junho, a entidade ingressou com ação coletiva. Agora, também estão acionando o Judiciário por meio de processos individuais.

"Estamos pedindo para que se afaste esse decreto e que o desconto seja feito como era anteriormente, inclusive como garante a Constituição Federal, sobre aquilo que ultrapasse o teto do INSS", explica.

Ele afirma ainda que é preciso respeitar, no serviço público, a mesma regra do INSS. "O aposentado e o pensionista do INSS não contribuem para a Previdência, não há uma contraprestação, pois ele já é aposentado. Paralelamente a isso o servidor público deveria ter essa mesma situação, como tinha", diz.

Déficit ultrapassa R\$ 9,7 bi, diz estado

A SPPrev (São Paulo Previdência) informa, em nota, que a contribuição previdenciária dos servidores aposentados está sendo cobrada de forma progressiva, com "alíquota progressiva incidente de acordo com a faixa de benefício".

O órgão diz ainda que o déficit, chamado por eles de insuficiência financeira, está acumulado em R\$ 9,752 bilhões neste ano de 2020, conforme dados até maio, os mais recentes. Os valores englobam os servidores aposentados civis e militares e seus pensionistas.

Ao todo, "374.993 aposentados e pensionistas civis pagaram contribuição previdenciária em outubro de 2020", diz o órgão. A SPPrev também afirma que ainda não é possível saber quando o desconto deixará de ser feito. "Por fim, informamos que não há previsão de quando a insuficiência financeira será equacionada", diz a nota.

Deputados têm debatido o tema e propuseram projetos para cessar os descontos. Na última sexta-feira (6), o deputado Carlos Giannazi (PSOL) reuniu advogados e representantes de servidores em uma audiência online contra a medida.

1 / 9 Reforma da Previdência estadual em São Paulo



Deputados partem para a agressão durante sessão de votação da reforma da Previdência Reprodução 4dez.2019 / Twitter
[Leia Mais](#)

Ele também é autor do PDL (projeto de decreto legislativo) 22/20, que pede suspensas os efeitos do decreto 65.021/2020. Em sua justificativa, o parlamentar afirma que a medida é inconstitucional. "Ao conferir, por decreto, tais poderes e atribuições à SPPrev – e, repita-se, sem um estudo sobre a situação atuarial do caixa do instituto – o Poder Executivo extrapola suas competências constitucionais, viciando a validade do decreto", diz o texto.

A deputada Bebel (PT), que também é residente da Apeoesp, vai realizar audiência pública virtual nesta quarta (11), a partir das 10h. Ela também é autora do projeto 450/2020, que define que os benefícios pagos pela SPPrev são "direitos sociais indisponíveis de seus beneficiários". Com isso, em caso de déficit, o estado não pode cobrar dos aposentados e pensionistas e terá de arcar com os valores.



Assuntos relacionados

joão dória

reforma da previdência

Notícias relacionadas



Veja o que muda para o servidor de SP na contribuição ao Iamspe

Aposentado do INSS pode ter revisão após STF aceitar tempo especial no auxílio

STF aceita auxílio-doença na aposentadoria especial do INSS

Tecnologia e cooperação entre empresas e países são caminhos para impulsionar economias e negócios

No segundo dia do Fórum Econômico Brasil & Países Árabes, especialistas apontam o ambiente digital como facilitador das relações comerciais e humanas

EstúdioFOLHA: projetos patrocinados



Veja também



Faça seu teste

Veja na calculadora da Previdência se você pode escapar da idade mínima

teste 2

Calculadora da Folha mostra como a reforma afeta os servidores